

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.370.180 - MT (2018/0249294-8)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
AGRAVANTE : PAULO CESAR DA ROCHA
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO FURIM - MT006543
AGRAVANTE : PEDRO RODRIGUES ALEXANDRIA
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO MARCATTO CIRINO - MT007835
AGRAVADO : AGROPECUARIA PORTEIRA QUEBRADA LTDA
ADVOGADO : SÉRGIO HENRIQUE DE BARROS MACIEL EL HAGE E OUTRO(S) - MT005703

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por PEDRO RODRIGUES ALEXANDRIA em face de decisão que não admitiu o recurso especial.

2. A parte agravante não rebate, de forma específica e clara, o único fundamento da decisão de admissibilidade de incidência da Súmula nº 284/STF, limitando-se a reafirmar as razões do especial.

Essa circunstância obsta, por si só, a pretensão recursal, pois à falta de contrariedade, permanecem incólumes os motivos expendidos pela decisão recorrida.

Era esse o entendimento segundo a inteligência do disposto no inciso I, do § 4º, do art. 544 do Código de Processo Civil de 1.973, incluído pela Lei nº 12.322/2010, que tratava da sistemática dos agravos contra os despachos denegatórios dos recursos dirigidos a esta Corte e consigna ser dever do agravante atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não conhecimento de sua irresignação. Nesse sentido: AgRg no Ag 1270282/RS, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 17/02/2012 e AgRg no Ag 1327361/MG, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma.

Continua a ser esse o entendimento na vigência do Novo Código de Processo Civil, ao estipular que o relator não deve conhecer de recurso que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida (art. 932, III, Novo CPC).

Ressalte-se que o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ também estabelece como ônus do agravante a impugnação a todos os fundamentos da decisão recorrida, sob pena de ver o seu agravo não conhecido.

3. Ante o exposto, não conheço do agravo de PEDRO RODRIGUES ALEXANDRIA.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator